

HELMUT ORTNER

FORAM TODOS NAZIS

# ÍNDICE

<i>Prefácio</i>	
<b>Os Alemães, a Guerra e a Hora Zero .....</b>	<b>11</b>
 <i>Prólogo</i>	
<b>O Passado no Presente.....</b>	<b>19</b>
<i>ou: O Sr. Hanning está sob julgamento</i>	
 <i>Capítulo I</i>	
<b>O «Honrado» Cavalheiro de Marburgo .....</b>	<b>35</b>
<i>Como um juiz militar fez carreira depois de 1945</i>	
 <i>Capítulo II</i>	
<b>«A Certa Altura Tem de Haver um Fim» .....</b>	<b>57</b>
<i>O vizinho: um assassino de campos de concentração</i>	
 <i>Capítulo III</i>	
<b>Uma Sentença de Morte .....</b>	<b>73</b>
<i>ou: A segunda carreira de Roland Freisler</i>	
 <i>Capítulo IV</i>	
<b>«Meu Amado Líder!...» .....</b>	<b>101</b>
<i>Uma coleção do âmagô do povo de Hitler</i>	
 <i>Capítulo V</i>	
<b>O Homem da Guilhotina .....</b>	<b>107</b>
<i>A vida de um carrasco alemão</i>	

<i>Capítulo VI</i>	
<b>O Homem Que Não Queria Recordar.....</b>	<b>127</b>
<i>Como juiz naval nazi assinou sentenças de morte, no entanto, conseguiu tornar-se primeiro-ministro depois da guerra</i>	
<i>Capítulo VII</i>	
<b>Heróis Esquecidos.....</b>	<b>133</b>
<i>Os combatentes da resistência Georg Elser e Maurice Bavaud</i>	
<i>Capítulo VIII</i>	
<b>Heil Hitler! .....</b>	<b>141</b>
<i>ou: Sophie Scholl, estrela do Instagram</i>	
<b>Notas e referências .....</b>	<b>147</b>
<b>Bibliografia .....</b>	<b>163</b>

## PREFÁCIO

### *Os Alemães, a Guerra e a Hora Zero*

Os apoiantes de Hitler vinham do mundo dos negócios, da justiça, da ciência, da administração. Os seus apoiantes encontravam-se no meio intelectual, na aristocracia e no clero, havendo seguidores entusiastas na pequena burguesia e na classe trabalhadora. Em resumo, a «Comunidade Nacional Alemã» abarcou e integrou todas as classes, estratos e meios. Os «alemães de Hitler» – unidos sob a liderança do seu *Führer* – escolheram-no livremente.

A mecânica do poder nacional-socialista, a estrutura da barbárie, baseava-se num acordo coletivo: um povo, um império, um líder. Isso exigia um público consistente, uma imprensa conformista, uma burocracia eficiente e um exército de funcionários, cúmplices e ajudantes complacentes e obedientes. Esta base de pessoal, apoiada por membros fanáticos do partido, carreiristas oportunistas e gente simples do campo, via-se como «o povo dominante» e sonhava subjugar o mundo. Em nome desse sonho e do *Führer*, espezinharam a dignidade humana e perseguiram, prenderam e assassinaram membros da oposição e dissidentes.

Era um espírito que levava cidadãos sérios a aceitarem cegamente leis e instruções repreensíveis, humilhantes e desumanas –, e a maioria dos alemães aderiu ou olhou para o outro lado: as leis raciais, as diatribes, a eliminação de toda a oposição, os

*pogroms* judaicos, a «Noite de Cristal», a «estrela amarela» para os concidadãos judeus, a proibição da «arte degenerada», a queima de livros, a deportação de vizinhos judeus, os cartazes vermelhos com as sentenças de morte do «Tribunal Popular» ou o grito de Goebbels: «Querem a guerra total?»

A maioria dos alemães não queria ver nem saber de nada até à sua derrota, embora pudessem ver e saber.

Após o término da loucura nacional-socialista, após o inferno – após a derrota –, foi o fim, a «hora zero». Os alemães estavam amargos, desapontados, irritados. Será que também consigo mesmos?

Quando o «*Reich* Milenar» já tinha ido para o inferno, depois de capitular, espancar e esmagar a Alemanha – enterrada sob os escombros da culpa e da vergonha, ostracizada pelo mundo, dividida em zonas de ocupação, privada da sua soberania e autoestima –, os alemães não tinham perdido apenas a guerra (que tinham trazido ao mundo) nem o seu «amado líder», tinham perdido também a sua identidade.

Não há dúvida de que existiam muito mais pessoas aqui que, tendo acabado de escapar da catástrofe, reprimiram o que fora vivido e o que acontecera, em vez de o aceitarem como sendo a sua própria história numa consciência de responsabilidade. A maioria dos alemães já não queria saber de crimes contra a humanidade, da perseguição aos judeus e do Holocausto, dos envoltimentos nazis ou das biografias culpáveis de criminosos. Em suma, do desastre moral e civilizacional da Alemanha de Hitler. Era um povo a fugir do seu próprio passado.

Na república do pós-guerra, os sinais apontavam para a amnistia e para a integração dos criminosos. O objetivo era tornar a impunidade parte do sistema legal para certos atos estatais da ditadura nazi. Assim, homicídio e crimes violentos transformaram-se em crimes ordenados «de cima» sem nenhuma responsabilidade. Os criminosos e os seus atos foram branqueados.

Alegadamente, não tinham cometido um ato próprio, mas sim, até certo ponto, um ato «exterior»; tinham cumprido o seu dever indiretamente, comprometidos com um juramento – ao partido, ao povo e à pátria. Onde a obediência era a virtude mais elevada, o seu cumprimento não podia ser uma coisa má. Era um espírito que levava cidadãos sérios a seguirem cegamente instruções repreensíveis, humilhantes e desumanas, porque a maioria seguia-as. Uma ordem é uma ordem.

O facto de os nazis terem feito carreira depois da guerra nos negócios, na política, nos tribunais, nas universidades, nos ministérios, nas autoridades e instituições não foi de forma alguma uma exceção. A República de Adenauer contava com a continuidade do pessoal, mesmo que se tratasse de elites com um fardo sobre os ombros.

Dezenas de milhares de criminosos, simpatizantes, seguidores e cocriadores que serviram o regime nazi em cargos importantes prosseguiram as suas carreiras – agora «desnazificadas» – na nova República Federal da Alemanha. Eram políticos, advogados, oficiais, médicos, empresários e jornalistas, incluindo celebridades como o banqueiro Josef Abs, o juiz de guerra Hans Filbinger (que chegou a primeiro-ministro de um Estado Federal), Kurt-Georg Kiesinger (que chegou a chanceler federal), Werner Höfer (que alcançou uma chefia de radiodifusão), Reinhard Gehlen (que foi nomeado chefe dos serviços secretos) e muitos, muitos outros. A continuidade do pessoal após 1945 é uma lição dúbia sobre o comportamento político entre a responsabilidade pelo passado e a política real.

Um exemplo óbvio: os advogados incriminados, tal como o próprio Ministério Federal da Justiça, que iniciou os seus trabalhos em 1949 e que foi considerado particularmente contaminado pelo nazismo. O facto de os advogados que tinham um forte passado nazi trabalharem para o Governo não era visto como sendo problemático, assim como também não o foi o

facto de os antigos juizes e procuradores nazis (muitas vezes em cargos de liderança), que já tinham servido o meio judiciário nazi como ajudantes complacentes, voltarem a exercer advocacia em tribunais alemães. «Nenhum profissional continuou a exercer o cargo depois de 1945 com a consciência tão limpa como os advogados judiciais», resume sobriamente Ingo Müller no seu livro *Terrible Lawyers*. Um equilíbrio vergonhoso.

Mesmo os perpetradores fortemente incriminados, assassinos comprovados e assassinos em massa, dificilmente esperavam ser responsabilizados, acusados ou sequer condenados. Antigos juizes nazis, agora em novas funções, deram-lhes as mãos de forma protetora ou facilitaram a sua fuga com a ajuda da igreja – como o bispo Alois Hudal, um clérigo fascista. Através de «linhas de aconselhamento», equipados com documentos de substituição – como refugiados com passaportes da Cruz Vermelha –, escaparam via Génova para a Argentina, a Bolívia, o Brasil ou a Síria. Entre eles contavam-se assassinos da Gestapo como Klaus Barbie, o organizador do Holocausto Adolf Eichmann, o médico do campo de concentração Josef Mengele e carneiros da SS como Erich Priebke ou o homem da SS Walther Rauff, que foi o grande responsável pelas câmaras de gás móveis, em camiões, para o assassinio em massa de judeus, ciganos e outros prisioneiros, no qual cerca de meio milhão de pessoas foram assassinadas. Com a ajuda de redes bem conhecidas das autoridades do Ministério Público todos eles fugiram para países onde muitas vezes encontraram emprego como funcionários dos serviços secretos locais.

Se os rastros dos criminosos de guerra nazis continuaram a ser investigados, isso foi, na melhor das hipóteses, mérito de pessoas como Simon Wiesenthal ou o empenhado procurador-geral Fritz Bauer, que, mais incapacitado do que apoiado, contribuiu para que Adolf Eichmann fosse finalmente capturado na Argentina e julgado em Jerusalém. O julgamento

extenuante em Frankfurt, no qual os criminosos dos campos de concentração tiveram de responder pelos seus assassinios pela primeira vez, deve-se unicamente à tenacidade de Bauer. E todos os seguidores, visionários e espectadores anónimos que apoiaram e aplaudiram o sistema nazi e denunciaram os vizinhos, fechando os olhos à perseguição aos judeus e favorecendo o partido nazi? Também eles foram «branqueados». Nos arquivos da Alemanha Ocidental, encontram-se 3 660 648 registos de pessoas que formaram a chamada espinha dorsal do nacional-socialismo – os alemães de Hitler, por assim dizer. A Diretiva n.º 10 do Conselho de Controlo das Quatro Potências Vitoriosas estabeleceu, a partir de 1946, os presumíveis «Spruchkammern» (veredictos), onde questionado por um «queixoso público», o convocado tinha de provar a sua inocência. O veredicto classificava os acusados em cinco categorias: culpados principais, acusados ou ativistas, responsáveis inferiores, seguidores e exonerados.

Mas quem eram os criminosos? Será que eram monstros ou destinatários de ordens, burocratas desinteressados ou engrenagens da máquina sem vontade própria? Será que eram ideólogos persuasores ou vulgares criminosos? Durante décadas, a ciência histórica concentrou-se quase exclusivamente nos criminosos principais – Hitler, Himmler e Heydrich – ou em criminosos de secretária como Goebbels e Eichmann, deixando de fora os atores do segundo e terceiro níveis, os executores no terreno.

Os alemães começaram tarde a procurar respostas para essas perguntas atormentadoras, mesmo fora do âmbito dos historiadores, no espaço público, de certa forma. Ao que parece, quase nenhum outro tema histórico-político movimentou tanto o país nas últimas sete décadas.

Existirá uma culpa coletiva? Existirá uma moralidade individual, uma culpa completamente pessoal? E não serão cúmplices todos aqueles que continuam, retrospectivamente, a suprimir



ou mesmo a negar o passado? O publicitário Ralph Giordano cunhou certa vez o termo «segunda culpa» para nomear isto.

Alemanha, 2020: o tempo do «Terceiro Reich» está a desaparecer da contemporaneidade. O nacional-socialismo está agora finalmente a despedir-se do *stock* da experiência pessoal presente na sociedade alemã. Os eleitores de Hitler já não estão entre os alemães. Já não existem os criminosos, os cúmplices e os seguidores e já não existem as vítimas.

E os filhos e netos da geração criminosa? Escusado será dizer que os criminosos, instigadores e cúmplices são culpados e entendemos também que aqueles que não resistiram nem discordaram, ainda que o pudessem fazer, foram culpados. Mas será que os filhos e os netos precisam de fazer parte desta rede carregada de culpa?

O passado não pode ser esquecido em nenhuma hipótese. Não só porque as suas realidades são tão terríveis, que nunca poderão ser esquecidas. Elas contêm o material que nos recorda repetidamente os perigos da nossa existência civilizacional. Recusa e adaptação, lealdade e atitude, lealdade e traição, silêncio ou ação, atitude e consciência – não é um drama moral que não possa ser contado como um acontecimento do passado, a fim de visualizarmos o nosso mundo presente.

Setenta e cinco anos após a «hora zero», o maior partido da oposição, o «AfD» (Alternativa para a Alemanha), pode ser encontrado no Bundestag alemão. Nas eleições para o Bundestag de 2017, o AfD ultrapassou pela primeira vez a barreira dos 5 por cento com 12,6 por cento dos votos. Com 91 deputados, está representado no 19.º Bundestag alemão.

Os deputados da AfD já têm assento em todos os parlamentos estaduais alemães. Os seus líderes partidários chamam à bárbara ditadura nazi «tretas da história alemã» (Alexander Gauland, líder do partido) e ao memorial central do Holocausto, em Berlim, «monumento de vergonha» (Björn Höcke). Muitos

eleitores mais jovens também votaram no partido. Isto é um sinal preocupante, um facto perturbador.

Talvez este livro os possa ajudar a reconhecer a narrativa da própria história. E não só na Alemanha.

Helmut Ortner  
Frankfurt, primavera de 2020

## PRÓLOGO

### O PASSADO NO PRESENTE

*ou: O Sr. Hanning está sob julgamento*

Em Detmold, na Vestfália, um julgamento que atraiu a atenção mundial chegou ao fim em junho de 2016. No tribunal, estava um homem de 94 anos, o antigo guarda da SS de Auschwitz Reinhold Hanning. Embora os juízes não tenham conseguido provar o seu envolvimento concreto no crime, foi condenado a cinco anos de prisão por pelo menos 170 mil acusações de cumplicidade em homicídio. Um veredicto pouco habitual. Durante o julgamento, Hanning agiu como a maioria da sua geração fez durante setenta anos, quando se tratava das suas ações e omissões entre 1933 e 1945: permaneceu em silêncio.

Nem sequer contou à sua família sobre Auschwitz, relatou o seu advogado de defesa. O filho adulto de Hanning estava sentado no fundo da sala do tribunal, perplexo, mudo e inseguro. Que é que saberia sobre as ações do seu pai? Que é que poderia saber? Será que já o tinha questionado sobre a Alemanha de Hitler, sobre Auschwitz, sobre o seu tempo enquanto jovem soldado? O silêncio envolve muitas vezes duas pessoas, uma que não diz nada e a outra que não pergunta nada. Após a guerra, muitas famílias alemãs permaneceram em silêncio.

– Você esteve em Auschwitz durante quase dois anos e meio e, portanto, promoveu o assassinio em massa – disse a juíza Anke Grudda no início do veredicto. Inicialmente, o Ministério Público tinha exigido uma pena de prisão de seis anos,

considerando facto provado que o antigo guarda do campo de extermínio e a sua unidade tinham contribuído para o funcionamento da máquina assassina em Auschwitz.

Hanning esteve destacado em Auschwitz entre 1943 e 1944 e, durante o julgamento, admitiu que tinha sido membro da SS no campo de extermínio e que sabia dos assassínios em massa que se passavam ali. A defesa exigiu a absolvição. Na sua opinião, não fora apresentada no julgamento nenhuma evidência do envolvimento direto do seu cliente nos assassínios. Ele nunca tinha matado ou ajudado a matar pessoas. Apenas tinha cumprido o seu dever de guarda.

Num comunicado, Hanning exprimiu remorsos por ter sido membro da SS. «Tenho vergonha de ter deixado a injustiça acontecer diante dos meus olhos e de não me ter oposto a ela.» Desejou nunca ter estado no campo de concentração.

Era claro que ele estava a ser sincero, mas o tribunal ainda tinha dúvidas. Não havia «nenhuma oportunidade para conhecerem o verdadeiro Reinhold Hanning», afirmou a juíza sobriamente. Os coautores não estavam convencidos, com toda a certeza, dos remorsos sinceros do antigo homem da SS.

Hanning tinha contribuído para o «funcionamento sem problemas do extermínio em massa» e aceitara as mortes sem questionar. De acordo com o tribunal, a dimensão da sua contribuição para tais factos não importava. Ele estivera lá e isso tornava-o culpado. A juíza Anke Grudda dirigiu-se ao homem de 94 anos sentado numa cadeira de rodas, que recebeu as suas palavras praticamente imóvel:

– Você observou pessoas a serem assassinadas nas câmaras de gás durante dois anos e meio. Viu pessoas a serem mortas a tiro durante dois anos e meio. Viu pessoas a morrerem de fome durante dois anos e meio.

Hanning aceitara o seu trabalho, fora promovido duas vezes em Auschwitz e não quis ser enviado para a frente. Segundo a

juíza, o facto de não ter querido trabalhar na rampa, onde as pessoas eram escolhidas para trabalhar e as restantes eram encaminhadas diretamente para as câmaras de gás, fora apenas uma forma de se proteger. Além disso, ela exprimiu dúvidas em relação a esse facto:

– Achamos completamente absurdo que nunca tenha estado na rampa. – E, da mesma forma: – É impossível que nunca tenha testemunhado, nem sequer uma única vez, como as pessoas entravam nas câmaras de gás.

O velho olhou para o chão. Fez-se silêncio no tribunal.

Grudda falou durante uma hora. Mais tarde, o procurador disse que as palavras dela eram «um marco na reavaliação da injustiça nazi na Alemanha». O procurador-adjunto disse que era a primeira vez que era dito num tribunal alemão que todos os homens da SS em Auschwitz eram corresponsáveis por todos os assassínios que ali tinham ocorrido. Na verdade, o veredicto de culpado foi uma mensagem: enquanto membros da SS em Auschwitz, todos se tornaram criminosos.

– Todo o campo parecia uma fábrica concebida para matar pessoas – disse a juíza. – Não tinha permissão para não participar em Auschwitz.

Após o julgamento, muitas perguntas permaneceram sem resposta. Poderá a lei ainda punir alguém por um crime cometido há mais de 70 anos? Poderá um tribunal punir adequadamente alguém por ter participado do Holocausto? E as vítimas? Poderá ser-lhes sequer feita justiça? E, finalmente, a única pergunta que pairou sobre todo o julgamento: porque é que demorou mais de sete décadas para o réu ser julgado?

A resposta é tão simples como assustadora: porque a sociedade, o Estado e os tribunais não quiseram. Nem depois da guerra, nem na República de Adenauer, nem na era social-democrata de Brandt-Schmidt, nem sob Helmut Kohl (que gostava de falar – enganosamente – da «graça do nascimento tardio»), nem

sequer no período do governo verde-vermelho (no qual, afinal, foram criadas inúmeras comissões para investigar o envolvimento nazi e a continuidade de pessoal nos ministérios) nos últimos anos da grande coligação da CDU com o SPD.

Ninguém quer responsabilizar diretamente os governos pelo desinteresse dos Ministérios Públicos ou das autoridades de investigação competentes, bem como pela demora dos processos, mas houve uma falta consistente de orientação legislativa ao longo de todo este tempo. Houve uma *falta de vontade* de se levar os criminosos nazis à justiça antes de se tornarem demasiado idosos.

– Este julgamento é o mínimo que uma sociedade pode fazer para trazer um pouco de justiça aos sobreviventes do Holocausto – declarou Anke Grudde, presidente do Tribunal Penal. O caso é um alerta contra as falhas do sistema judiciário perante a geração atual.

Assim, o processo criminal contra Reinhold Hanning permaneceu, acima de tudo, como um símbolo. Uma recordação de que a participação em assassinios em massa do Estado não deve ficar impune, mesmo que o castigo só aconteça ao fim de muitas décadas.

O antigo guarda da SS Hanning foi condenado aos 94 anos. Dificilmente haverá outros julgamentos semelhantes, o que também faz de Reinhold Hanning uma figura simbólica: o seu veredicto de culpado é um lembrete de que dezenas de milhares de assassinos, criminosos de secretária e cúmplices de assassinio conseguiram escapar.

Deve ser notado que a reavaliação da injustiça nazi pelos tribunais alemães do pós-guerra é uma história de atrasos e mais atrasos. O sistema judiciário falhou fundamentalmente e é um fracasso vergonhoso.

Eis alguns números: de 1945 a 2005, um total de 172 294 pessoas foram identificadas por atos criminosos executados

durante a era nazi nas três zonas ocidentais e na República Federal. Isto é apenas uma pequena parte, dados os crimes monstruosos e o número de pessoas envolvidas. Mas houve razões para tal. No início, o aparelho judiciário era composto pelas mesmas pessoas que o tinham ocupado durante a era nazi e muitos tinham relutância em começar a trabalhar. Politicamente, também houve pressão para se pôr fim a esses procedimentos e inúmeras leis de amnistia garantiram que isso fosse feito.

No final, apenas 16 740 casos terminaram em acusações – e apenas 14 693 desses acusados tiveram de testemunhar em tribunal. No total, apenas 6656 pessoas foram condenadas, com 5184 a serem absolvidas, muitas vezes por falta de provas. A maioria das condenações – cerca de 60 por cento – terminaram com pequenas penas de prisão de até um ano. Apenas 9 por cento de todas as penas de prisão foram superiores a cinco anos.

Contra o pano de fundo de um dos maiores crimes da história humana, este é um recorde escandaloso e chocante.

Os criminosos nazis não tinham nada a temer dos tribunais, mas e da sociedade, dos conhecidos, dos vizinhos ou patrões? «Meu Deus, em algum momento tem de haver um fim», era a ideia unânime no espírito do pós-guerra do chanceler Adenauer, que, em outubro de 1952, advertiu Fritz Erler, deputado do SPD no Bundestag, de que se deveria pôr finalmente um termo à «caça aos nazis», porque «quando começamos é difícil saber onde termina».

Com isto Adenauer descreveu o *zeitgeist* dos anos do pós-guerra. A maioria dos alemães já não queria saber de criminosos de guerra, de crimes contra a humanidade, de atrocidades nazis ou de biografias de criminosos culpados. Em suma, não queria saber do desastre moral e civilizacional da Alemanha de Hitler.

O facto é que desde o primeiro dia na República de Adenauer os sinais apontavam para uma amnistia e para a

integração dos criminosos. Criar impunidade para certas medidas estatais tomadas pela ditadura nazi tornara-se o esteio da ordem jurídica – esse era o objetivo. Deste modo, homicídios e crimes violentos transformaram-se em crimes ordenados «de cima», sem nenhuma responsabilidade pessoal envolvida. Os criminosos e os seus atos foram branqueados. Eles não tinham cometido alegadamente crimes próprios, mas sim, até certo ponto, atos «exteriores». De certo modo, cumpriram indiretamente o seu dever em nome do Partido Nazi, do povo e do país e fizeram-no obrigados por um juramento. Onde a obediência era a virtude mais elevada, o seu cumprimento não podia ser considerado uma coisa má. Era um espírito que levava cidadãos sérios a seguir cegamente instruções repreensíveis, degradantes e desumanas, porque a maioria das pessoas fazia o mesmo. Uma ordem era uma ordem.

Esta reinterpretação do passado teve início, no final de 1949, com uma primeira lei de impunidade, aprovada por unanimidade pelo Bundestag em sessão de urgência, que amnistiava todos os crimes cometidos antes de 15 de setembro de 1949, puníveis com pena de prisão de até seis meses. Cerca de 80 mil pessoas beneficiaram com isto. Um parágrafo especial também concedia explicitamente impunidade àqueles que, enquanto responsáveis nacionais-socialistas e membros da SS, tinham preferido evitar os procedimentos de desnazificação fornecendo informações falsas sobre a sua identidade após 1945.

Sob pressão do FDP, um partido de direita, esta lei da impunidade foi seguida, a partir de 1950, por vários debates no Bundestag, nos quais o fim da desnazificação foi repetidamente exigido. Nada mais era exigido aqui, além do «pensamento no objetivo final» e, com a chamada «lei 131», uma grande amnistia foi de facto alcançada para todos aqueles que podiam ser reintegrados e tratados como «funcionários públicos reprimidos» ou soldados profissionais.



A tendência dos alemães para ignorar o carácter de injustiça fundamental do regime nazi e as suas guerras de conquista da consciência coletiva foram, deste modo, promovidas pelo governo de Adenauer. O sistema judiciário, em especial, mostrou pouca inclinação para responsabilizar antigos criminosos nazis, especialmente porque, como era bem conhecido, havia uma continuidade de pessoal particularmente forte em relação à era nazi. A vontade de investigar e atuar em casos de criminosos nazis era quase nula.

Houve exceções: Fritz Bauer, procurador-geral de Hesse e social-democrata de origem judaica, era um dos poucos advogados desonerados que ocupavam um cargo de liderança na jovem República Federal da Alemanha e que odiava, acima de tudo, as fórmulas habituais de defesa, como a desculpa e a perplexidade. Bauer forçou a passagem da abolição da prescrição para assassínios nazis, e sem ele o grande julgamento de Frankfurt Auschwitz de 1963 não teria existido. Sem este julgamento contra antigos guardas do campo de extermínio, o público alemão teria «fugido» dos crimes nazis durante muito mais tempo. Fritz Bauer forçou os alemães a olhar de perto, apesar de estar no meio de um sistema judiciário ainda povoado por antigos membros do Partido. «Quando saio do meu gabinete, entro num país estrangeiro hostil», descreveu ele a sua situação uma vez, mais tarde, numa entrevista televisiva.

Bauer reconheceu claramente que o Estado nazi não fora um acidente industrial histórico e apontou para as estruturas e mentalidades que se tinham tornado arraigadas ao longo do tempo. Elas tinham ajudado bastante à aceitação dos crimes nazis e exigiriam agora muito mais para serem desfeitas do que os simples processos judiciais. Ao fazê-lo, Bauer não incorreu apenas na ira dos círculos conservadores, tendo sido também evitado, combatido e ameaçado. Num sistema de justiça do pós-guerra que tinha restaurado a continuidade com o que

existia sob o regime nazi, ele era um herege, ainda que muitos outros sentissem o mesmo que ele.

Um exemplo é a jornalista judia Inge German Kron, que sobreviveu ao terror nazi escondida em Berlim. Quando veio para Bona, em 1955, estava mais do que zangada, não só porque Bona era uma cidade provinciana difícil para uma berlinense suportar mas principalmente porque todos os antigos nazis estavam novamente sentados em vários cargos elevados de poder, anunciando agora, sem nenhuma vergonha, que queriam construir a democracia. «Achei aquilo um pouco estranho...»

Naquela época, havia também um homem a atuar como secretário de Estado na Chancelaria da capital federal provincial de Bona que ninguém na República de Adenauer podia ignorar: o Dr. Hans Josef Maria Globke. Um criminoso exemplar e protótipo do funcionário persuasivo. Enquanto advogado e funcionário do Ministério do Interior do *Reich* nazi, fora coautor do primeiro comentário legal sobre as «Leis Raciais de Nuremberga», em 1936, tendo fornecido explicações detalhadas sobre a sua aplicação prática, enriquecidas com estudos de casos, que serviriam a «pureza do sangue alemão».

Casamentos e relações sexuais extraconjugais entre judeus e não judeus eram punidos como sendo «corrupção racial». Os comentários do burocrata criminoso Globke não eram apenas palavras num papel, pois forneciam a legitimação legal para punições severas, de modo que, em resultado disso, as pessoas eram até condenadas à morte por «atos de coito e similares».

De qualquer forma, o chefe de Globke, o ministro do Interior do *Reich*, Wilhelm Frick, estava muito satisfeito com o seu subordinado, o qual, enquanto antigo membro do Partido Católico do Centro, nunca fora membro do NSDAP<sup>1</sup>, mas era agora um funcionário zeloso e leal aos seus deveres nacionais-socialistas.

---

<sup>1</sup> Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães. (*N. da T.*)

Em 25 de abril de 1938, Frick escreveu numa proposta para a sua promoção: «O ministro sénior do Governo Globke é, sem dúvida, um dos funcionários mais capazes e eficientes do meu ministério.» Globke permaneceu no seu posto até à queda do Terceiro Reich, mesmo depois de Heinrich Himmler ter substituído Frick como ministro do Interior. Enquanto funcionário sempre fiel ao dever, foi um servidor leal do Estado até ao seu amargo fim.

Após a guerra, Globke pareceu perder subitamente a memória. Tinha provado o seu valor com o seu trabalho legal no sistema nazi e tornara-se agora o mais importante ajudante de Adenauer, enquanto discreto secretário-geral e tesoureiro da CDU. Um homem para todas as situações, era reservado, leal, bem relacionado, conseguia mudar facilmente de sistema e adaptar-se, mas nunca assumia a responsabilidade pelas suas ações e, pior, nunca se identificava com os sistemas que servia. Adaptabilidade e experiência ajudavam-no a consolidar a sua posição em todas as situações e a salvar a sua pele.

Mais tarde, Alexander e Margarete Mitscherlich descreveram adequadamente o seu papel no livro *Die Unfähigkeit zu trauern (A Incapacidade de Manifestar Pesar)*: «Por causa de Globke e da sua laia, o governo nacional-socialista nunca teria caído. Por causa de Globke, a linha de identificação com as leis raciais dos seus superiores da altura teria permanecido; Globke teria morrido como um dos representantes desta política nacional-socialista, pois teria continuado a servir como representante do Partido Católico do Centro se a República de Weimar não tivesse entrado em colapso.»

O reformado abastado morreu em 13 de fevereiro de 1973, em Bona, como cidadão respeitado da comunidade e membro dedicado do Rotary Club local. A carreira de Globke foi ativamente apoiada e promovida por Adenauer, para quem o pragmatismo político era mais importante do que a moralidade. O seu lema era: «Quando estabelecemos ministérios

importantes, não podemos dispensar a cooperação de pessoas experientes desde o início.»

Acima de tudo, o acolhimento de numerosos antigos diplomatas nazis no Ministério dos Negócios Estrangeiros do Governo de Adenauer é prova disso. No início da década de 1950, cerca de dois terços dos funcionários públicos mais antigos e cerca de quatro quintos dos chefes de departamento eram antigos membros do NSDAP. Noutros ministérios, não era muito diferente.

Hans Josef Maria Globke teve uma carreira alemã particularmente bem-sucedida: de advogado nazi a eminência parda da República de Bona. Mas isso não era de modo nenhum invulgar. Dezenas de milhares de advogados, médicos, empresários, jornalistas e funcionários que serviram o regime nazi em cargos importantes continuaram as suas carreiras na República Federal da Alemanha equipados com «*Persilscheinen*» (registos limpos) e foram, portanto, «desnazificados» com sucesso. Os exemplos incluem Josef Abs, Hans Filbinger, Reinhard Gehlen, Werner Höfer, Erich Manstein, Josef Neckermann e muitos outros.

A continuidade do pessoal após 1945 é uma lição duvidosa de comportamento político entre punição e reintegração, controlo e infiltração, reforma e restauração. No entanto, não foi só nos escritórios e tribunais que os antigos funcionários voltaram ao ativo, foi também nas forças armadas federais e na polícia, bem como nos gabinetes governamentais e nos serviços secretos.

É um facto vergonhoso que os criminosos do Terceiro Reich não tenham sido marginalizados, perseguidos ou sequer condenados. Em certa medida, a geração dos criminosos e a dos seus filhos estabeleceram um pacto transgeracional, uma cumplicidade que recusou a exclusão, a acusação e a condenação consistentes. A era de Adenauer estabeleceu uma grande paz com os criminosos. O que os seus avós e pais fizeram, o que eles

permitiram que acontecesse e o que ignoraram só foi questionado mais tarde, na década de 1960.

Será que existe uma culpa coletiva? Ou será antes uma moralidade individual, uma culpa completamente pessoal? E não serão cúmplices todos aqueles que suprimem o passado ou mesmo que o negam e encobrem? O publicitário Ralph Giordano usou o termo «culpa secundária» para esse sentimento.

Quem foram os criminosos de guerra de extermínio nacional-socialista? Será que eram bestas ou seguidores de ordens, burocratas desinteressados ou engrenagens fracas de espírito? Será que eram homens convictos com uma ideologia ou criminosos vulgares? Durante décadas, os historiadores concentraram-se quase exclusivamente nos criminosos principais – Hitler, Himmler e Heydrich –, ou mesmo em criminosos de gabinete como Eichmann e deixaram de fora os atores de segundo e terceiro níveis, aqueles que executaram as ordens no local.

Lambe-botas, penduras, seguidores de ordens, cúmplices, criminosos – as definições eram fluidas e a transição suave e situacional. «É por essa razão que, ao contrário do que o folclore histórico sugere, até mesmo um sistema totalitário como o nacional-socialismo pode contar com a flexibilidade das pessoas e não apenas com um modo de funcionamento rígido e inflexível», afirmam os autores Michael Pauen e Harald Welzer, que estudaram com atenção as biografias de criminosos durante anos e questionaram os padrões, as influências, as experiências e as decisões subjacentes dos envolvidos.

Vários estudos ilustram como é que alguém se pode tornar um perpetrador, um criminoso que segue ordens, e quão extrema a disposição para seguir ordens pode ser. Não se trata de executores sádicos, mas de «homens comuns» que se tornam assassinos em massa quando a pressão do grupo e a situação o exigem – ou será que devemos dizer o permitem?

Um caso que ilustra de maneira particularmente vívida a tensão entre a recusa e a participação são os incidentes em torno do Batalhão Policial de Reserva 101, sobre os quais Christopher Browning relatou pormenorizadamente e que Pauen e Welzer citam como exemplo da pressão para a conformidade dentro dos grupos militares e policiais. «Na manhã de 13 de julho de 1943, os homens do Batalhão de Reserva 101 perfilaram-se. O comandante Wilhelm Trapp, de 53 anos, que era muito popular entre os seus homens, estava pálido e nervoso com o que tinha de dizer...» Ele disse aos 500 membros da sua tropa que havia judeus em Jozefow (uma cidade no centro-leste da Polónia) que estavam em conluio com os guerrilheiros. O batalhão acabava de receber ordens para encontrar esses judeus, reuni-los e depois separar os homens em idade de trabalhar para serem levados para um campo de trabalho. Todos os outros – mulheres, crianças e idosos – deviam ser liquidados no local. Ele fez, então, uma oferta extraordinária aos seus homens: aqueles que não se sentissem à altura daquela tarefa poderiam afastar-se. Os homens eram, assim, livres para decidir se queriam participar do assassínio em massa. Ficar na fila ou afastar-se? Apenas dez ou doze homens fizeram uso da oferta de Trapp – os restantes não arredaram pé.

Mas o que os levou a tornarem-se assassinos? Lealdade, pressão do grupo ou medo das consequências potenciais? Em todo o caso, de acordo com Pauen e Welzer, e independentemente do sentimento nacional-socialista ou das crenças morais individuais, o que importava mais era a pressão para se conformarem. Numa guerra, os soldados nunca agem sozinhos, pois o sentimento de união domina tudo. O papel do grupo, da unidade ou do batalhão é mais importante para o comportamento dos soldados individuais do que quaisquer motivos ideológicos, políticos ou pessoais que possam ter.

Então, será que o que é verdade para os soldados também se aplica aos alemães «comuns»? Será que apenas aceitaram o que

estava a acontecer? Será que desviaram o olhar porque todos os outros fizeram o mesmo? As purgas e prisões, as expulsões e detenções, as estrelas de David e a queima de livros – quase todos podiam ver o que se estava a passar.

Os judeus já não podiam andar de bicicleta, usar o elétrico, fazer compras quando quisessem, ter animais de estimação ou assinar jornais. Incurções e detenções de membros da oposição, penas de morte emitidas pelo Tribunal Popular em cartazes vermelho-sangue que eram colados publicamente – quem quisesse ver podia ver, experimentar, ou ouvir falar do que se passava.

Será que chegar a um acordo com o passado é uma mentira perpétua para os alemães? Será uma fraude legal, social e política? Será que o que aconteceu pode ser sequer ultrapassado?

Não há dúvida de que no dia zero depois de Hitler também havia pessoas neste país que sentiam vergonha e tristeza pelo que tinha acontecido nos anos anteriores. Contudo, o facto é que, mesmo então, houve muito mais pessoas que, tendo escapado da catástrofe, reprimiram o que tinham vivido e o que tinha ocorrido, em vez de o aceitarem como sendo a sua própria história, mantendo-se conscientes da responsabilidade. Era um povo a fugir do seu próprio passado.

Na Berlim atual, a visualização do passado segue outro caminho. O foco não está agora na negação e na supressão da era de Adenauer, nem nas questões da geração cética da década de 1970 sobre a culpa e a cumplicidade dos seus pais e avós. Por um lado, as discussões controversas sobre a nova cultura da memória determinam o debate público, por exemplo, como as que rodeiam o Memorial do Holocausto em Berlim; por outro lado, a recordação dos crimes cometidos sob o nacional-socialismo é passível de relativização, tendo principalmente que ver com as «vítimas alemãs» (as bombas incendiárias nas cidades alemãs, os crimes do estalinismo), realidades cruéis, de facto. É claro

que a sequência, as causalidades e as dimensões do terror são muitas vezes generosamente ignoradas.

Será que a geração do pós-guerra a que pertencço, aquela geração que, para citar o antigo chanceler Kohl, foi abençoada com a «graça do nascimento tardio», quer finalmente traçar uma linha sobre um passado pesado que aconteceu ainda não há muito tempo? Será que esta geração política e moralmente inocente foi finalmente liberta do confronto com o regime de Hitler e o seu legado? Ou será que a responsabilidade desta geração começa com a questão de como se sentem em relação à culpa dos seus avós e pais? Será que querem recordar?

Este livro foca-se em quatro criminosos:

O juiz militar **Erich Schwinge**, que após o seu duvidoso trabalho nazi na Universidade de Marburgo fez carreira académica como professor de Direito, comentador e autor, tornando-se um respeitado cidadão da cidade.

Arnold Strippel, um guarda cruel que deixou um rasto de sangue em vários campos de concentração, foi preso depois da guerra, absolvido pouco depois num processo de recurso e libertado, acabando por ser compensado com uma grande soma pela perda de rendimentos. Como reformado, viveu uma vida sossegada, apreciado pelos vizinhos, numa pacata aldeia perto de Frankfurt.

**Roland Freisler** era o presidente do Tribunal Popular que sentenciou à morte os irmãos Scholl, os combatentes da resistência de 20 de julho, e mais de 3 mil outros «inimigos do Estado e derrotistas». Enquanto viúva de um alto funcionário nazi do Estado, a sua mulher Marion Russegger foi bem tratada pelo Estado da Baviera e beneficiou até à sua morte dos aumentos regulares do fundo de pensões.

Finalmente, o carrasco **Johann Reichhart**, que trabalhou para três padrões diferentes: a República de Weimar, o nacional-socialismo e, mais tarde, em Landsberg, sob as forças de



ocupação americanas. Entre 1924 e 1945, levou a cabo 3126 execuções – 250 das quais contra mulheres. Os que foram mortos incluíam assassinos e criminosos violentos, mas também combatentes da resistência e aparentes opositores do regime nazi. Por ordem do poder militar americano, enforcou mais 156 pessoas.

Na sua biografia, em particular, pode ser encontrada uma ambivalência especial que é muitas vezes observada: a proximidade da arbitrariedade do criminoso com o destino da vítima numa única pessoa. Johann Reichhart era um agente interposto, o destinatário de ordens e o executor, que, no final, deu por si acusado e acabou como pária. Foi levado a julgamento e os seus direitos civis foram revogados. Em 1974, pouco antes do seu 79.º aniversário, morreu num hospital bávaro perto de Munique.

Qualquer um que escreva sobre criminosos também escreve sempre sobre as vítimas. No capítulo conclusivo, são apresentados dois homens que não se conheciam, mas que pagaram pelo mesmo ato com as suas vidas. **Georg Elser** e **Maurice Bavaud** planearam assassinar Hitler, sem nenhum apoio de outros conspiradores, ousaram «fazê-lo» antes de qualquer outro. Ambos foram assassinados pelos nacionais-socialistas. Prisão, julgamento e assassinio – os alemães permitiam-no com um consentimento indiferente. Após a guerra, os seus nomes foram apagados, tal como os da maioria das vítimas da ditadura de Hitler, e demorou mais de sessenta anos para que o seu destino fosse recordado.

Por fim, mais uma coisa: durante a investigação para estes dossiês, conversei com muitas testemunhas. Pessoas que compareceram perante o Tribunal Popular e foram condenadas à morte, sobrevivendo apenas porque o fim da guerra precedeu a sua execução. Pessoas que aplicaram as leis nazis, enquanto juízes, e emitiam sentenças impiedosas, muitas vezes com

consequências fatais para os condenados. Alguns deles – essa foi a minha impressão – continuaram a conseguir viver bem com esse pesado fardo sobre os seus ombros. Sentiam que tinham sido «sobrecarregados sem nenhuma culpa» e que a sua fé na Pátria fora abusada «pelos políticos». Quase nenhum deles reconheceu a sua responsabilidade pessoal e mostraram poucas indicações de remorsos ou vergonha. Pelo contrário, muitas vezes até se consideraram vítimas de uma «época fatídica».

Alguns deles ainda vivem entre nós. Na velhice, bem estabelecidos com reformas igualmente altas do Estado. A maioria ainda está convencida de que estava apenas a cumprir o seu dever naquela época. Eram simplesmente pessoas comuns, que vivem hoje como parte da nossa sociedade normal.

Os criminosos estão a morrer, bem como as vítimas e as testemunhas. Tendo em vista o presente, no qual a recordação pessoal é cada vez mais rara, é importante sabermos como «é que pode ter acontecido» e não apenas quereremos recordar. As referências bibliográficas no final do livro podem contribuir para isso.

Acima de tudo, o veredicto de culpado de Detmold contra Hanning, o velho homem da SS, permanece como um símbolo que nos recorda o que aconteceu e que nunca mais deve voltar a acontecer.